

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2025-02-12

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Capucha, L. (2024). Associativismo, sempre!. In Nuno Nunes, Jéssica Chainho Pereira, José Soares Neves, Sara Fernandes (Ed.), *O associativismo popular português no século XXI*. (pp. 15-23). Lisboa: Almedina.

Further information on publisher's website:

<https://www.almedina.net/o-associativismo-popular-em-portugal-no-seculo-xxi-1727096582.html>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Capucha, L. (2024). Associativismo, sempre!. In Nuno Nunes, Jéssica Chainho Pereira, José Soares Neves, Sara Fernandes (Ed.), *O associativismo popular português no século XXI*. (pp. 15-23). Lisboa: Almedina.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

Associativismo, sempre!

Não é mais do que uma ideia banal a de que o *homo sapiens* é uma espécie social. A sociabilidade faz parte da sua natureza e é uma condição da sua existência. Ninguém está sozinho no mundo (até o isolamento de um qualquer indivíduo, seja por vontade própria, seja por imposição externa, é uma situação socialmente definida e codificada) e ninguém consegue fazer nada sem os outros. O destino de cada um está irremediavelmente ligado ao destino de um ou mais coletivos, sejam eles próximos e presentes, como a família, os amigos, os colegas de trabalho ou de escola, os vizinhos, sejam eles distantes e ausentes, como os Estados, os sindicatos e as associações patronais, uma geração, uma categoria profissional, os habitantes de uma cidade ou outro agrupamento de larga escala.

O mesmo acontece, argumentar-se-á, com muitas outras espécies, o que é verdade. O que, porém, nenhuma outra espécie pode fazer, porque não possui equipamento biológico para isso, é associar-se de formas tão diversas no tempo e no espaço como o fazem os humanos que, dotados de capacidade reflexiva e de cultura, criam modalidades de associação muito diferentes em períodos históricos diversos e numa mesma época em diferentes pontos da geografia terrestre, respondendo a necessidades e objetivos semelhantes com soluções divergentes e a objetivos e necessidades diferentes com soluções semelhantes.

É a luz deste princípio relativo à dupla natureza da ação humana como necessariamente associativa (e dissociativa, o que também acontece de modo relacional) e como mutável por natureza que partimos para algumas breves considerações gerais sobre o momento atual do associativismo popular em Portugal. Falamos de uma realidade com uma presença incontornável na nossa sociedade, como de resto em todas as sociedades modernas.

Falamos especificamente de as pessoas se agruparem no quadro de organizações civis formadas numa base voluntária, com caráter formal, de adesão individual e motivação racional (mesmo que em muitos casos a carga emotiva seja evidente e forte), que se reconhecem nos símbolos da associação e que prosseguem fins determinados. Esses fins podem ser de ordem lúdica, cultural (música, teatro, artes em geral, manutenção e gestão de bibliotecas, por exemplo), desportiva, ambiental, defesa de interesses locais

ou setoriais, proteção civil, religiosa, defesa do património, ou outros do mesmo tipo. As pessoas juntam-se e formam e/ou tornam-se sócias de associações oficialmente inscritas e registadas nos competentes administrativos do Estado, com estatutos definidos, órgãos sociais eleitos e atividades que correspondem aos objetivos comuns partilhados pelos membros. Constituem-nas cidadãos interessados na gestão da comunidade, na defesa do bem comum, na participação nos processos que determinam o futuro coletivo, ou simplesmente cuidar da prestação de um serviço ou da produção de um bem.

As associações podem ser classificadas segundo as suas funções, da sua dimensão, quanto à forma e ao âmbito.

Uma primeira função das associações, passaremos a chamá-las assim, populares, pode ser a defesa de interesses ou a persecução de objetivos comuns. Há associações que se constituem e funcionam para defender interesses profissionais, regionais, políticos, económicos, de cidadania, culturais e patrimoniais, quer seja para conservar uma determinada situação ou estado de coisas, ou memórias, quer seja para os afirmar e instituir ou legitimar. Os interesses aqui considerados podem ser materiais, simbólicos ou estatutários. A defesa de interesses coletivos pode assumir a forma de representação junto de outros grupos ou junto das entidades públicas ou de outros poderes, ou a forma de participação ativa dos cidadãos que se dotam de uma voz comum. Muitas vezes, esta é a única via para que os cidadãos se possam fazer ouvir.

As funções podem também ser mais dirigidas à concretização de objetivos comuns, por vezes mais finalistas, isto é, as associações populares podem visar a obtenção de resultados válidos como fins em si mesmo, como, por exemplo, promover a solidariedade social, a cultura e a democracia, afirmar o valor de uma identidade ou traço cultural local específico e os seus símbolos, ou mais instrumentais, como é o caso da prestação de cuidados a segmentos vulneráveis da população como os idosos dependentes, as pessoas com deficiências, as vítimas de discriminação e as mulheres vítimas de violência doméstica. Instrumental é também a ação associativa para criar condições, logísticas ou outras, para outras finalidades, como praticar desporto ou acolher espetáculos e promover o ensino da música.

Olhando agora não tanto para as funções, mas mais para a dimensão, existem associações de grandes dimensões, com centenas de milhares de membros, e outras muito pequenas, com apenas algumas dezenas de pessoas.

Frequentemente a dimensão está associada a um outro critério classificatório, a forma. O associativismo de que aqui falamos difere de outro tipo de grupos por via da formalidade das bases estatutárias. Elas são sempre grupos formalmente constituídos, mas o grau de formalidade pode variar. Algumas são reguladas por normas mais estreitas e noutras a flexibilidade é maior. Por exemplo, associações com estatuto de utilidade pública estão sujeitas a uma regulação mais apertada, ao passo que outras apenas obedecem à vontade dos sócios e à lei geral. As que recebem financiamento público estão obrigadas a manter contabilidades mais elaboradas e supervisionadas. As que movimentam maiores quantidades de dinheiro também têm de cumprir regras mais estritas na sua relação com o fisco. Outras, ainda, por causa de atuarem num setor com maior regulamentação e maior condicionalismo no acesso, carecem de autorizações. Por tradição, ainda, algumas submetem-se voluntariamente a normas disciplinares muito hierarquizada e rituais muito codificados, mimetizando em parte as instituições militares, como é o caso das associações de bombeiros, ao passo que outras têm normas de relacionamento interno muito mais próximo do quotidiano dos cidadãos comuns. Ainda quanto à forma, também é possível que a base de constituição da associação seja de tipo primário, baseando-se no interconhecimento e na interação face a face, ao passo que noutras as relações entre as pessoas são mais de tipo secundário, em que as pessoas não se encontram a não ser de forma mediada – por exemplo, através de redes sociais, publicações e outros meios de comunicação ou grandes eventos de massas.

Finalmente, quanto ao âmbito territorial, existem associações de base internacional (por exemplo, expressão de movimentos sociais pela defesa dos Direitos Humanos, do ambiente, do clima, da paz, do património, ou outras áreas afins), de ação humanitária ou reunindo profissionais e ex-profissionais de determinado setor. Outras são de base nacional, regional e profissional, incluindo sindicatos, associações patronais, associações e ordens profissionais, confederações ou associações nacionais na área da cultura, da solidariedade social, da educação, da defesa de grupos desfavorecidos, do ambiente, da promoção do património material e imaterial, da promoção da cidadania, entre outras.

No plano local encontramos uma grande panóplia de associações de diverso tipo, como as de proteção civil, saúde, solidariedade social, ação social, formação e educação, direitos humanos e cívicos, desporto, cultura (bandas, grupos de teatro, artistas, etc.), lazer, moradores, categorias etárias (por exemplo, as associações de jovens, escutismo e

as associações de pensionistas e idosos), património, gastronomia, habitação, bibliofilia, filatelia, tauromaquia e um longo etc. Estas associações são parte decisiva da tessitura das comunidades, representando a parte organizada da sociedade civil. Nesta quadro, são estruturas fundamentais para a satisfação de diversas necessidades e a prestação de diversos serviços, ao mesmo tempo que são veículos através dos quais as pessoas podem participar ativamente nos processos de representação política e de construção dos seus destinos, podendo assim fazer chegar aos decisores políticos eleitos as motivações, os interesses, as expectativas e as ambições das pessoas e das populações, de forma organizada, alargando decisivamente as bases da democracia.

Apesar da presença constante das associações na nossa vida coletiva e individual, é comum o discurso sobre a suposta crise do associativismo, em particular por parte dos próprios agentes associativos. Falam, a favor da sua crença, do desaparecimento de muitas associações outrora dinâmicas, das dificuldades de sobrevivência de outras, da indisponibilidade de sócios que estejam disponíveis para assumir cargos dirigentes, da fraca participação dos sócios nos atos formais, como Assembleias Gerais, entre outros supostos indicadores.

Esta crença apresenta, porém, muitas fragilidades. Em primeiro lugar, o discurso é muito antigo, talvez tão antigo como o próprio associativismo. A demografia associativista sempre gerou desaparecimentos e aparecimentos (ou fusões) de associações, o que aliás traduz dinamismo. Os números, porém, revelam que o movimento associativo se mantém pujante. É certo que a composição do associativismo, no que toca às funções, às formas, às áreas cobertas pelos seus objetivos, se vão recompondo e redefinindo, como parte de processos sociais muito mais vastos.

Igualmente muito antigas são as referências à dificuldade em arranjar dirigentes. Quem tem experiência associativa sabe bem que essa foi sempre uma fragilidade, embora seja frequentemente apontada por pessoas que são elas próprias dirigentes que assim realçam e valorizam a sua (rara) disponibilidade para o serviço à coletividade. De forma geral, as responsabilidades cresceram, nomeadamente no plano da gestão financeira e na relação com as autoridades financeiras, ao passo que frequentemente o prestígio e a visibilidade resultante da ocupação de cargos diretivos, que tende a ser a única forma de retribuir a dedicação à função, diminuiu. Mas, por outro lado, há mais pessoas capacitadas e qualificadas para o exercício das responsabilidades dirigentes e o facto é que as associações vão continuando a encontrar quem as dirija e promova.

Já as Assembleias Gerais estão, de facto, muito frequentemente reúnem com um reduzido número de sócios. Esta realidade, de facto, é pontuada por momentos de grande envolvimento, em geral quando à crises diretivas ou financeiras. Mas em geral o fenómeno deve-se a uma alteração do tipo de relação entre os sócios e muitas associações que têm mudado o perfil num sentido que importa analisar.

A não ser quando se trata de representação de interesses dos membros ou de terceiros, as atividades que as associações desenvolvem podem ser promovidas também pelo Estado ou pelo mercado. Na realidade, tradicionalmente as associações criaram-se para resolver problemas e prestar serviços que mais ninguém prestava. Era nelas que se aprendia música e se passavam matinés e serões de diversão; era através delas e delas apenas que se chegava à possibilidade de praticar desporto ou de beneficiar da excitação de assistir a espetáculos desportivos; elas eram a única via disponível para a comunidade criar estruturas de proteção contra diversos riscos; elas promoviam escolas e serviços de saúde e proteção social; nelas se praticava o teatro e se brincava ao Carnaval e organizavam outras festas, e por aí fora.

Ora, quer o Estado, quer o mercado têm vindo, há décadas, a expandir as suas esferas de influência e de ação. O primeiro, e dentro dele em particular as autarquias, quase monopolizou algumas das referidas áreas e passou a ter influência determinante noutras. O mercado, por sua vez, passou a olhar para muitas das áreas em que operam as associações como oportunidades de negócios, e passaram a operar de forma competitiva com as associações. Outras realidades vieram alterar profundamente o quadro. Por exemplo, a generalização do acesso à televisão permitiu às pessoas ficar em casa e assistir a programas de entretenimento, de desporto, de jogo, de informação, a cinema e ficção de toda a espécie. A sede da associação deixou de ser a única alternativa, ou quase, para o lazer.

As associações têm encontrado os seus nichos onde se desenvolvem, novas áreas de intervenção (a ecologia, as comunicações, as universidades séniores são disso exemplo). E têm também alterado o seu modo de funcionamento, passando a oferecer serviços de modo concorrencial, pelo que é comum ver lado a lado a antiga figura do sócio que “veste a camisola” e se identifica plenamente com a coletividade, lado a lado com o sócio que só o é para poder usufruir de um bem ou de um serviço que a associação oferece em melhores condições. Os primeiros estarão sempre em todas as assembleias gerais, os segundos nem por isso.

A expansão da relação utilitária com as instituições não afeta apenas as associações mas estas, dependendo sempre da vontade dos associados, fica particularmente exposta a este tipo de atitudes. Elas são o fruto, entre outras coisas, do aumento das desigualdades sociais que se faz acompanhar, simultaneamente como causa e como efeito, da precarização das relações de trabalhos e dos diversos vínculos que a partir destas se estabelecem (ou não, fruto precisamente da precarização) e da anonimização das relações com os vizinhos nas zonas de expansão urbana onde se concentra uma cada vez maior parte da população. Não falamos apenas do quase desaparecimento dos clubes e associações recreativas e desportivas das grandes empresas. Falamos também da alteração da relação entre o trabalho e a localidade que levava muitos operários a tornar-se ativistas associativos nas regiões industriais, aquelas em que mais floresceu um determinado ideal de associativismo popular que temos em mente quando se fala de crise do associativismo.

Muitos analistas têm chamado a atenção para a correlação entre estas mudanças que ocorrem nos modos de integração social no trabalho e nos locais de residência e a emergência de um novo tipo de individualismo diferente do liberal, que tem como símbolo o indivíduo empreendedor e construtor de novas realidades sociais: um individualismo egoísta, que alguns classificam mesmo como narcísico, alimentado aliás pelos discursos psicoterapêuticos que reduzem toda a vida à busca da felicidade no próprio interior mental de cada um. Este tipo de “ditadura da felicidade” é promovido por todos os meios, até pelo interesse que tem para o capital, que exulta com trabalhadores que buscam em si mesmos (claro, com o apoio da indústria da auto-ajuda), e não nas compensações pelo trabalho conquistadas em solidariedade com os companheiros de trabalho, o fim último das suas vidas, esgotando as energias nesse esforço para alcançar a suposta felicidade. A felicidade da “vaca do presépio”, tanto contentamento para tão frugal recompensa! Ora, nada pode ser mais hostil para o associativismo do que este tipo de individualismo narcísico, erodindo a adesão emotiva às associações tradicionais, mas ainda longe de as liquidar e ainda mais de impedir o surgimento de outras, com novos fins, em que se expressam novos objetos de afeto.

As transformações sociais na esfera do trabalho impactam toda a vida das pessoas e da sociedade. O que acabámos de dizer pode dar a ideia de que tudo se resume a lógicas que afetam as pessoas individualmente consideradas e a sua relação com determinadas práticas e determinados valores típicos do associativismo. Mas, na verdade, as lógicas

são socialmente determinadas. A participação associativa sempre foi interclassista. Não apenas porque existem associações que agrupam principalmente membros de uma determinada classe social (não nos referimos apenas a sindicatos e associações profissionais, referimo-nos também a coletividades que praticam uma espécie de seleção à entrada baseada em critérios de pertença de classe) que percorrem todo o espaço social das classes, mas principalmente porque, a esmagadora maioria das associações tem uma composição interclassista, refletindo assim a diversidade daquilo a que se costuma chamar “povo”. Nelas convivem membros pertencentes a diferentes classes sociais, em proporções que variam de caso para caso. As classes sociais afetam não apenas a composição das associações, mas também o estilo de práticas associativas. Assim, quando as classes que mais tendem a participar na vida associativa como protagonistas ativos sofrem mudanças na sua dimensão ou nas suas condições e interesses, isso reflete-se na maior ou menor dificuldade de recrutamento para o dirigismo associativo. Do mesmo modo que quando crescem nas sociedades as classes sociais mais afetadas por transformações estruturais como as que referimos (precariedade como modo de vida, recuo do valor da solidariedade e avanço do individualismo), aquela dificuldade se acentua, ao passo que a relação puramente utilitária com as associações aumenta. Paradoxalmente, esse tem sido um fator criador de oportunidades para a transformação das associações (as mais antigas e as que nascem agora) em entidades prestadoras de serviços, em complemento e articuladamente com a oferta do Estado e geralmente em concorrência aberta no mercado. E assim o tecido associativo se vai reproduzindo.

Outras transformações sociais se manifestam nas associações. Só para referir duas das mais óbvias, a idade média dos dirigentes tem aumentado e a participação feminina, felizmente, também, embora se mantenha muito longe da paridade, ou sequer de um equilíbrio razoável. Uma vez mais, envelhecimento e participação das mulheres, dois fenómenos que são de toda a sociedade e que revelam como o associativismo se mantém vivo e bem vinculado às dinâmicas sociais mais vastas. O mesmo poderíamos dizer dos níveis de educação dos associativistas. Cada vez mais escolarizados, deixou de fazer sentido a velha situação de os sócios de origens mais populares procurarem um dirigente escolarizado para assegurar a possibilidade de terem voz, por meio desse dirigente.

Em suma, não parece estarmos verdadeiramente perante uma crise de definhamento do associativismo, mas sim a assistir (eventualmente também a participar) num processo de forte recomposição do seu perfil e da sua cultura. Recomposição essa em que alguns pilares fundamentais e distintivos permanecem: o associativismo continua a constituir um modo privilegiado para resolver problemas coletivos e uma ferramenta poderosa de coesão e participação social. Uma força incontornável do desenvolvimento e da modernização da nossa sociedade.

O associativismo foi no passado um espaço de resistência contra a ditadura, quer de forma explícita quer, sobretudo, de forma implícita: agir de modo autónomo constituiu uma ousadia e um grito de liberdade que fez o regime ditatorial olhar sempre com desconfiança para o associativismo popular. Em liberdade e no quadro da democracia, o associativismo tem sido impulsionador de soluções que melhoraram as condições de vida e bem-estar dos sócios e das populações que serviam, espaço de representação democrática de interesses e espaço de criatividade e inovação social que não pode ser dispensado, ainda menos desconsiderado. Associativismo sempre é uma expressão na se declina, nos 50 anos da revolução, o espírito e os valores do 25 de Abril.